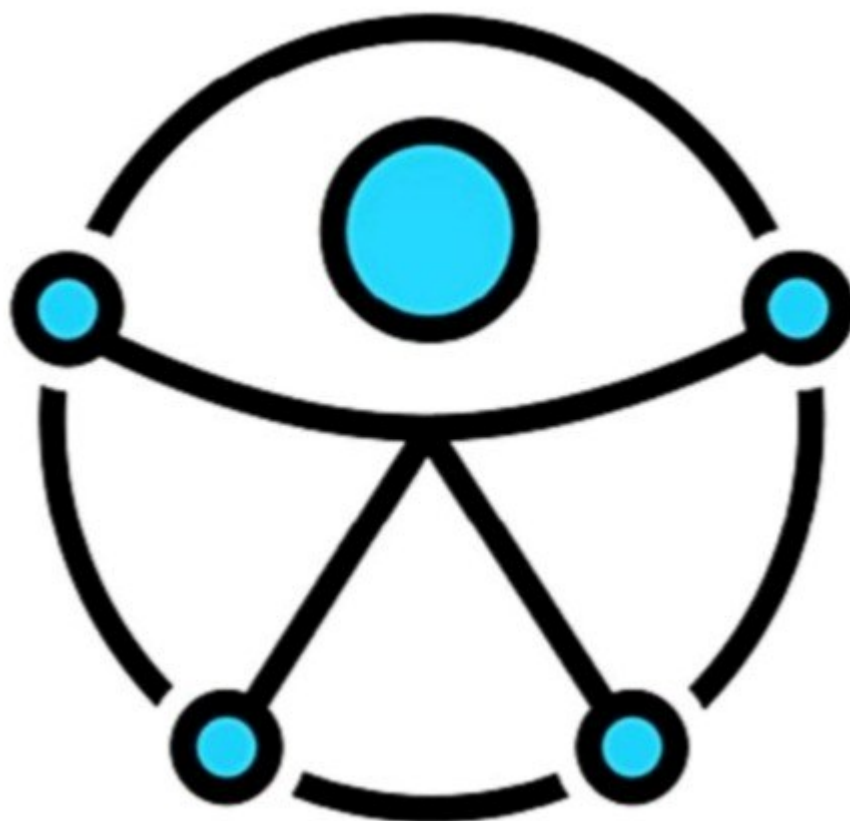


Boletim Informativo
Comissão de Acessibilidade
e Inclusão – TRT-2



Construindo um TRT-2 mais inclusivo, acessível e diverso

Produção editorial: Seção de Acessibilidade e Inclusão

3ª edição – março/2026

Inclusão no dia a dia

Dica desta edição

Fale diretamente com a pessoa

Ao conversar com uma pessoa com deficiência, dirija-se diretamente a ela, mesmo quando houver intérprete, acompanhante ou pessoa de apoio.

Por exemplo, ao falar com uma pessoa surda acompanhada de intérprete de Libras, mantenha o contato visual com a pessoa surda, e não com o intérprete.

O intérprete está ali para facilitar a comunicação — não para substituir a pessoa na conversa.

Pequenas atitudes como essa ajudam a fortalecer o respeito, a autonomia e a participação plena de todas as pessoas.

Quando a comunicação se torna acessível, a Justiça se aproxima de todos

No TRT-2, iniciativas como o Balcão Visual, intérpretes de Libras e tecnologias assistivas ampliam o acesso à Justiça e fortalecem a inclusão de pessoas com deficiência auditiva.

O Dia Mundial da Audição, celebrado em 3 de março por iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), convida a sociedade a refletir sobre a importância da saúde auditiva e, sobretudo, sobre a necessidade de construir ambientes em que a comunicação seja verdadeiramente acessível.

No Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, essa reflexão se traduz em iniciativas concretas voltadas à ampliação da acessibilidade comunicacional e à promoção de um ambiente institucional mais inclusivo.

Atualmente, o TRT-2 conta com aproximadamente 38 magistrados(as) e servidores(as) com deficiência auditiva em seu quadro funcional. A presença desses profissionais reforça a importância de desenvolver estruturas e práticas que garantam participação plena no ambiente de trabalho.

Acessibilidade que abre caminhos

Entre as iniciativas voltadas à inclusão está o [Balcão Visual](#), canal de atendimento criado para garantir comunicação acessível às pessoas surdas usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Por meio do serviço, o cidadão pode conversar com intérpretes de Libras por videoconferência, em tempo real, para obter informações sobre processos, certidões, documentos e outros serviços da Justiça do Trabalho. O atendimento também pode ocorrer de forma presencial nos fóruns do Tribunal, com apoio de servidores capacitados que acessam a ferramenta para viabilizar a comunicação em Libras.

Outro recurso importante é a disponibilização de intérprete de Libras em audiências, garantindo que partes, testemunhas ou advogados que utilizam a língua de sinais possam participar plenamente dos atos processuais. Nesse contexto, destaca-se o trabalho da servidora Claudia Dantas de Almeida Moniak, intérprete de Libras que atua em audiências e outras atividades institucionais, contribuindo para tornar a comunicação mais acessível no âmbito do Tribunal.

Tecnologia que amplia possibilidades

A inclusão também se fortalece com o uso de tecnologias assistivas. Um exemplo é o equipamento Roger, utilizado em audiências pela Dra. Luanna Lima Nogueira Cerqueira, juíza com deficiência auditiva.

O sistema Roger é uma tecnologia de transmissão sem fio que capta a voz de quem está falando por meio de um microfone e a envia diretamente para o aparelho auditivo do usuário, reduzindo ruídos e melhorando significativamente a compreensão da fala em ambientes mais complexos, como salas de audiência.

Com o apoio desse recurso, a magistrada pode conduzir audiências com maior clareza na comunicação, demonstrando como a combinação entre tecnologia e ambiente institucional acessível permite que profissionais desenvolvam plenamente seu potencial.

Diversidade também dentro da instituição

A inclusão não se limita ao atendimento ao público. Ela também se expressa na própria composição das equipes do Tribunal. A Seção de Acessibilidade e Inclusão conta, por exemplo, com o servidor Fernando Lucas De Marchi Pavaneli, que possui deficiência auditiva e participa ativamente das iniciativas voltadas à promoção da acessibilidade no TRT-2.

Experiências como essas mostram que, quando existem estrutura adequada, tecnologia e oportunidades, pessoas com deficiência podem contribuir plenamente para o funcionamento e o aprimoramento das instituições.

Mais do que remover barreiras físicas ou tecnológicas, promover acessibilidade significa ampliar possibilidades de participação. E, quando a comunicação se torna acessível, a Justiça também se torna mais próxima de todos.

Balcão Visual

Atendimento acessível em Libras

O Balcão Visual é um canal de atendimento voltado à comunidade surda usuária da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Por meio do serviço, o cidadão pode conversar com intérpretes de Libras por videochamada, em tempo real, para obter informações sobre processos, certidões e outros serviços da Justiça do Trabalho.

O atendimento funciona de segunda a sexta-feira, das 12h às 16h, e pode ser acessado no site do TRT-2, no menu Contato > Balcão Visual (Libras).

Inclusão que transforma: experiência de trabalho com servidor com deficiência visual

A inclusão no ambiente de trabalho vai além do cumprimento de normas: ela se concretiza nas relações diárias e na confiança nas capacidades de cada pessoa. Essa é a experiência vivida pela juíza Joyce Sant'Anna Simões, que

desde 2025 trabalha com o servidor Sérgio, seu assistente em regime de teletrabalho.

O primeiro contato entre os dois aconteceu durante o processo de seleção para a função. Antes mesmo de mencionar que era uma pessoa com deficiência visual total, Sérgio propôs realizar um teste prático. A iniciativa chamou atenção pela proatividade. Após analisar a minuta apresentada, a magistrada decidiu indicá-lo para a função.

Somente depois dessa etapa ele contou que utiliza leitores de tela e outros recursos de tecnologia assistiva para desempenhar suas atividades. “Ele fez questão de demonstrar primeiro que tinha condições de realizar o trabalho. Achei isso muito significativo”, relembra a juíza.

Desde então, a parceria tem se desenvolvido de forma natural. A dinâmica de trabalho exigiu apenas pequenas adaptações, como a troca de feedbacks por mensagens de áudio. Segundo a juíza, o principal desafio não está na deficiência em si, mas na falta de acessibilidade de alguns documentos digitalizados em formatos inadequados. Mesmo assim, essas situações são resolvidas rapidamente no dia a dia.

Para a magistrada, a experiência reforça a importância de superar preconceitos e ampliar oportunidades. “Mais do que abrir portas, é preciso quebrar barreiras atitudinais. Quando damos oportunidade e recursos adequados, as pessoas demonstram plenamente sua capacidade.”

Além do desempenho profissional, a convivência também trouxe crescimento pessoal. Ao conhecer a trajetória e a dedicação do assistente, Dra. Joyce afirma ter ampliado sua visão sobre inclusão e diversidade no trabalho.

Histórias como essa mostram que a inclusão não depende apenas de tecnologia ou normas institucionais, mas sobretudo de atitudes. Quando há abertura, diálogo e confiança, o resultado é um ambiente de trabalho mais diverso, produtivo e humano.

Diálogos Inclusivos: quando o desafio de acessar o mundo também precisa ser ouvido

Projeto da Seção de Acessibilidade e Inclusão cria um espaço seguro de escuta entre servidores com deficiência e abre reflexões sobre os desafios invisíveis do cotidiano.

A promoção da inclusão também passa pela escuta. Com essa proposta, a Seção de Acessibilidade e Inclusão (SAI, em parceria com a Secretaria de Saúde) iniciou o projeto Diálogos Inclusivos, uma iniciativa voltada à criação de um espaço seguro de conversa e troca de experiências entre servidores e servidoras com deficiência.

O primeiro encontro reuniu cerca de 15 participantes e teve como tema central a chamada fadiga de acesso — expressão utilizada para descrever o desgaste acumulado que muitas pessoas com deficiência enfrentam ao lidar, diariamente, com barreiras físicas, comunicacionais ou atitudinais.

Participaram servidores com diferentes tipos de deficiência, entre elas deficiência auditiva, física e visual. Nem todos se identificaram publicamente, o que reforça o caráter voluntário e acolhedor do encontro.

Durante a conversa, surgiram relatos sobre desafios muitas vezes invisíveis no cotidiano: o esforço constante para garantir acesso a serviços, a necessidade de explicar repetidamente direitos já previstos em lei e o impacto emocional que essas situações podem gerar ao longo do tempo.

A chefe da Seção de Acessibilidade e Inclusão, Thays Martinez, compartilhou uma experiência pessoal que ilustra esse desgaste. Mesmo com a legislação que garante o direito de circulação de pessoas com deficiência visual acompanhadas de cão-guia, ela relata que ainda enfrenta recusas de motoristas de aplicativo ao solicitar corridas com sua cadela-guia, Sophie.

“Cada vez que peço um carro, não sei se o motorista vai aceitar a corrida quando percebe que estou com a Sophie. Às vezes a corrida é cancelada, outras vezes preciso explicar novamente que a lei garante esse direito. Isso gera ansiedade e um desgaste constante. Não é apenas o risco de me atrasar

para um compromisso. É também a sensação de desrespeito e de precisar reafirmar, repetidamente, um direito que já deveria ser compreendido.”

O encontro contou também com a participação da médica psiquiatra Dra. Luísa Carneiro Guerra Correia, que acompanhou o grupo com sensibilidade e profissionalismo, contribuindo com intervenções pontuais que ajudaram a aprofundar a reflexão sobre os impactos emocionais dessas experiências.

Ao longo da conversa, muitos participantes compartilharam vivências semelhantes. Em alguns momentos, os relatos trouxeram forte carga emocional, reforçando a importância de espaços de diálogo em que as pessoas possam se sentir compreendidas e acolhidas.

A iniciativa faz parte das ações da Seção de Acessibilidade e Inclusão voltadas ao fortalecimento de uma cultura institucional mais inclusiva. Embora não tenha caráter deliberativo, o projeto busca justamente ampliar a escuta e a compreensão sobre as experiências vividas por pessoas com deficiência no cotidiano.

Novos encontros do Diálogos Inclusivos já estão sendo planejados, com a expectativa de ampliar a participação e continuar aprofundando reflexões sobre inclusão no ambiente institucional.

O que é fadiga de acesso?

Você já imaginou ter que pesquisar, explicar ou adaptar algo toda vez que precisa realizar atividades comuns do dia a dia?

Ir a uma reunião. Pedir um carro por aplicativo. Entrar em um prédio público.

Ler um cardápio em um restaurante. Ou simplesmente conseguir se comunicar em um atendimento.

Para muitas pessoas com deficiência, essas situações envolvem pequenos obstáculos que exigem explicações adicionais, ajustes improvisados ou a reafirmação de direitos já garantidos por lei.

Esse acúmulo de microesforços diários é o que especialistas chamam de fadiga de acesso: o desgaste físico e emocional provocado pela necessidade constante de contornar barreiras para realizar atividades que deveriam ser simples.

Reconhecer essa realidade é um passo importante para compreender melhor as experiências das pessoas com deficiência — e para construir ambientes mais acessíveis para todos.

Inovação na SAI aprimora gestão das demandas de acessibilidade

Promover acessibilidade em uma instituição do porte do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região exige não apenas sensibilidade para o tema, mas também organização, informação qualificada e processos eficientes.

Com esse objetivo, a Seção de Acessibilidade e Inclusão (SAI) passou a utilizar formulários automatizados que ajudam a registrar, organizar e acompanhar diferentes demandas relacionadas à acessibilidade no Tribunal.

A iniciativa foi desenvolvida pelos servidores Renata de Souza Santos e Rogério Luís Beneduzzi Aguiar, que criaram uma série de formulários digitais voltados às necessidades específicas da unidade.

Na prática, a ferramenta permite centralizar solicitações que antes chegavam por diferentes canais, como pedidos de tecnologias assistivas, orientações sobre acessibilidade arquitetônica, dúvidas sobre recursos de inclusão e outras demandas relacionadas ao trabalho da SAI.

Com o novo sistema, as informações passam a ser registradas de forma padronizada e organizada, o que facilita tanto o acompanhamento das solicitações quanto a análise dos dados gerados a partir dessas demandas.

Gestão baseada em informação

Além de tornar o fluxo de trabalho mais ágil, os formulários automatizados também permitem identificar padrões e necessidades recorrentes no Tribunal.

A consolidação dessas informações contribui para o planejamento de ações futuras e para o direcionamento mais estratégico das iniciativas de acessibilidade.

Segundo a chefe da Seção de Acessibilidade e Inclusão, Thays Martinez, ferramentas desse tipo ampliam a capacidade de gestão da área.

“A organização das informações permite que a equipe acompanhe melhor as demandas e identifique padrões. Isso contribui para decisões mais rápidas e para o planejamento de ações que ampliem a acessibilidade no Tribunal.”

Reconhecimento e inovação

A iniciativa desenvolvida por Renata e Rogério demonstra como soluções criadas dentro da própria instituição podem gerar avanços importantes na organização do trabalho e no fortalecimento das políticas de inclusão.

Ao integrar tecnologia e gestão, a SAI amplia sua capacidade de compreender as demandas relacionadas à acessibilidade e de responder a elas de forma cada vez mais estruturada.

Curso sobre anticapacitismo será oferecido a magistrados e servidores

Formação busca fortalecer a cultura de inclusão e ampliar o acesso no TRT-2

O TRT-2 oferecerá, a partir do final de abril, o curso “Capacitismo e Cultura do Acesso”, voltado a magistrados(as) e servidores(as). A iniciativa integra as ações institucionais de promoção da inclusão e busca contribuir para a construção de um ambiente mais acessível e respeitoso.

O capacitismo, caracterizado por atitudes e práticas que desconsideram ou limitam a participação de pessoas com deficiência, pode se manifestar de forma sutil no cotidiano institucional, impactando relações de trabalho e oportunidades.

Com carga horária de 20 horas, o curso será realizado na modalidade EAD, com tutoria on-line, e ficará disponível por um mês. A conclusão contará como horas de capacitação para fins de progressão funcional.

A meta institucional é alcançar a participação de 7% dos(as) magistrados(as) e 10% dos(as) servidores(as). Informações sobre inscrições e acesso à plataforma serão divulgadas na Intranet e no portal da Ejud-2.

Decisões Inclusivas

Decisão judicial garante mais tempo de cuidado para mãe de criança com TEA

Ao final de uma audiência trabalhista, a emoção tomou conta da sala: a mãe de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) deixou o local chorando de felicidade após ter reconhecido, pela Justiça, o direito de dedicar mais tempo ao cuidado do filho.

A decisão foi concedida em caráter de tutela antecipada pelo juiz do trabalho Milton Amadeu Junior, que determinou a redução da jornada de trabalho da empregada de 7h20 para 6 horas diárias, sem qualquer diminuição salarial.

Ao fundamentar a medida, o magistrado destacou que a proteção à criança com deficiência deve orientar a interpretação das normas trabalhistas, com base na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e na Lei Brasileira de Inclusão.

“Há justificativa com sobras em nome da preservação da criança com deficiência, por meio da redução da jornada de seus genitores”, ressaltou o juiz na decisão.

O entendimento também segue orientação já consolidada pelo Tribunal Superior do Trabalho, que reconhece o direito à redução da jornada de pais de crianças com TEA. A empresa deverá cumprir a medida imediatamente, sob pena de multa diária em caso de descumprimento.

Mais do que uma decisão jurídica, o caso revela como o reconhecimento de direitos pode transformar a rotina de famílias que convivem com a deficiência — permitindo mais presença, cuidado e qualidade de vida.

Notas institucionais

Cinedebate: inclusão, representações da deficiência e proteção às mulheres

O TRT-2 promoverá um [cinedebate](#) com audiodescrição, com a exibição de um episódio da série Uma Advogada Extraordinária. A atividade será seguida de debate conduzido por Renata de Souza Santos, servidora da Seção de Acessibilidade e Inclusão (SAI), com reflexões sobre inclusão e as representações da deficiência na mídia.

Como o episódio aborda a suspeita de abuso envolvendo uma mulher com deficiência intelectual, o encontro também contará com a participação da assistente social Ariene Virgínia Duarte da Costa, integrante do Programa Laços de Proteção, iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região voltada ao enfrentamento da violência doméstica.

Na ocasião, Ariene fará uma breve apresentação sobre o programa, ampliando o diálogo sobre a proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade.

A atividade busca promover reflexão, ampliar o acesso à cultura e divulgar iniciativas institucionais voltadas à inclusão e à proteção de direitos.

As [inscrições](#) estão abertas, faça já a sua e participe conosco desse evento que ganha mais destaque a cada ano!

Mulheres Plurais em Perspectiva: TRT-2 promove diálogo sobre gênero, diversidade e proteção

O TRT-2 realizará, no dia 25 de março, o evento “[Mulheres Plurais em Perspectiva: Dignidade, Diversidade e Proteção em Contextos de Vulnerabilidade](#)”, iniciativa voltada à reflexão sobre as múltiplas vivências das mulheres a partir de uma perspectiva interseccional de gênero, raça, deficiência e idade.

A Comissão de Acessibilidade e Inclusão participará da iniciativa como parceira do evento, integrando a mesa de abertura e a servidora Thays Martinez, chefe

da Seção de Acessibilidade e Inclusão, abordará os desafios da inclusão de mulheres com deficiência no mercado de trabalho.

Também participarão do encontro Fabiana Schleumer (UNIFESP), Marisa Accioly (USP) e Ismália Afonso da Silva (PNUD), abordando temas como a construção histórica das experiências femininas, saúde mental e qualidade de vida das mulheres e os impactos da naturalização do cuidado na trajetória profissional feminina.

A programação contará ainda com apresentação cultural da Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop.

Informações do evento

Data: 25 de março de 2026

Horário: das 14h às 18h

Local: Auditório da Ejud-2 – 10º andar, Bloco A, Fórum Trabalhista Ruy Barbosa

Faça sua [inscrição](#) e garanta já sua participação!

21 de março: inclusão também se constrói mudando o olhar

Inclusão começa quando deixamos de ver a síndrome e passamos a enxergar a pessoa.

O dia 21 de março é reconhecido internacionalmente como o Dia da Síndrome de Down. A escolha da data faz referência à trissomia do cromossomo 21 — característica genética presente nas pessoas com a síndrome — e foi oficializada pela Organização das Nações Unidas como um momento de mobilização global pela inclusão.

Mais do que lembrar uma condição genética, a data convida a sociedade a refletir sobre como enxergamos a diversidade humana e sobre as oportunidades que oferecemos para que todas as pessoas possam participar plenamente da vida social.

Nas últimas décadas, avanços importantes ampliaram o acesso de pessoas

com síndrome de Down à educação, à vida comunitária e ao mercado de trabalho. Cada vez mais, histórias de autonomia, protagonismo e realização profissional mostram que, quando existem oportunidades, o potencial aparece.

Um ponto essencial, no entanto, é compreender que pessoas com síndrome de Down não formam um grupo homogêneo. Assim como acontece com qualquer outra pessoa, cada indivíduo possui características próprias, talentos, interesses e formas de aprender.

Colocar todas as pessoas com síndrome de Down na mesma “caixinha” é um erro comum — e também uma forma de preconceito. Quando enxergamos apenas o rótulo da síndrome, deixamos de perceber a individualidade de cada pessoa e, muitas vezes, acabamos limitando expectativas e oportunidades.

Reconhecer essas diferenças é justamente o que permite identificar talentos e criar caminhos para que cada pessoa desenvolva plenamente suas potencialidades.

Hoje já existem pessoas com síndrome de Down atuando profissionalmente em diversas áreas, como educação, artes, gastronomia, comunicação e esportes. Exemplos conhecidos ajudam a ampliar essa percepção.

A atriz britânica Sarah Gordy participou de séries da BBC e tornou-se uma referência na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

O ator espanhol Pablo Pineda, primeiro europeu com síndrome de Down a concluir um curso universitário, atua como palestrante e escritor sobre inclusão.

No Brasil, a influenciadora digital e modelo Tathiana Piancastelli se tornou conhecida ao compartilhar sua trajetória e defender maior visibilidade e oportunidades para pessoas com síndrome de Down.

Essas histórias mostram algo simples e poderoso: quando barreiras são removidas e oportunidades são criadas, as pessoas podem desenvolver seus talentos e contribuir de maneiras diversas para a sociedade.

No Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a promoção da acessibilidade e da inclusão integra o compromisso institucional com uma Justiça cada vez

mais aberta à diversidade. O trabalho desenvolvido pela Seção de Acessibilidade e Inclusão busca contribuir para que o Tribunal seja um espaço cada vez mais acessível e acolhedor para todas as pessoas.

Datas como o 21 de março são um lembrete importante de que a inclusão não se constrói apenas em grandes políticas ou campanhas, mas também nas atitudes cotidianas — na forma como enxergamos o outro e nas oportunidades que ajudamos a criar.

Você sabia?

A escolha do dia 21 de março faz referência à trissomia do cromossomo 21, condição genética presente nas pessoas com síndrome de Down.

Por isso, em vários países, a data também é celebrada com o uso de meias coloridas ou diferentes, como símbolo da diversidade humana.